

EM QUE SOCIEDADE QUEREMOS VIVER

Texto escrito para apresentação oral na sessão organizada em Abril de 2013 pelo IDEEF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Que avaliação faz do memorando de entendimento com a Troika e da sua execução ao longo destes dois anos?

Provavelmente já está tudo dito e repetido sobre a catástrofe que se abateu sobre a sociedade portuguesa, como sobre outras sociedades do Sul da Europa, nestes últimos anos. A única surpresa é a obstinação de uma pequena minoria iluminada que, contra todas as evidências, persiste numa estratégia que concebe o empobrecimento de vastas camadas sociais e a desvalorização do factor trabalho como condições para melhorar a competitividade da economia. Também não se compreende a política dos credores: parecem apostar em deixar os devedores exangues, como se assim estes ficassem mais capazes de pagar as suas dívidas! Para isso talvez exista explicação: uma prática de sucção exaustiva em nome do benefício imediato de lucros especulativos, sem cuidar do futuro, com desprezo pela dignidade de multidões.

Uma coisa, todavia, convém lembrar: o que está a ocorrer nestas sociedades europeias é uma história já conhecida desde há umas décadas e que afectou gravemente grande número de países do antigamente chamado Terceiro Mundo. Desde os anos 1980, o Fundo Monetário Internacional tem imposto aos países estrangulados pela dívida externa programas análogos, ao abrigo do chamado “consenso de Washington” (Banco Mundial, FMI e Reserva Federal norte-americana), programas conhecidos pela expressão eufemística de “ajustamento estrutural”. Em nome de critérios monetaristas, têm-se aplicado pacotes de medidas draconianas cujos insuportáveis custos sociais são recorrentemente denunciados, de tal maneira que o próprio FMI reviu a dureza das suas receitas. Até agora, esse clamor deixava-nos indiferentes, porque vinha de povos supostamente “atrasados” ou mesmo “preguiçosos”, apenas com um ou outro protesto isolado, como o do Prémio Nobel da Economia Joseph Stiglitz que bem conheceu essas práticas por dentro. Entretanto tocou-nos à porta, agora é a nossa vez.

O resultado está a ser a desestruturação dos vários binómios que desenham o tecido dos

espaços económicos: produtores *versus* consumidores, empregadores *versus* trabalhadores, credores *versus* devedores, serviços públicos *versus* cidadãos utentes. Todas estas equações estão submetidas a distorções de envergadura. Cai a produção, cai o consumo, cai o emprego, cai a qualidade dos serviços e das prestações sociais. Só aumenta a dívida que se queria resolver. E o único factor que parecia evoluir favoravelmente – a balança comercial – graças sobretudo à quebra das importações, mostra agora sinais de estagnação. A economia portuguesa sofre de patologia generalizada e o sofrimento da população é desmesurado. Ao mesmo tempo que se adensa a decomposição social. As instituições fragilizam-se, a estrutura produtiva definha, os laços sociais desagregam-se.

2. Como aprecia o relacionamento entre o Governo Português e a Troika neste período?

Tal relacionamento resume-se em duas palavras: subserviência e aproveitamento. Subserviência evidente, talvez mesmo submissão, com incapacidade de representar dignamente os interesses e os direitos de um povo inteiro. Aproveitamento porque o “memorando de entendimento” tem servido de excelente cobertura para uma política que vai para além dele e que visa recuperar as margens de lucro do capital, margens essas debilitadas pelas conquistas sociais das últimas décadas. Daí a necessidade da hábil ofensiva ideológica em curso (ideia de punição exemplar e merecido castigo para os nossos desmandos), com a conveniente dose de dramatização e um discurso amedrontador, gerador de profunda insegurança, minando os vínculos básicos de confiança que dão consistência a uma sociedade.

Quando neste contexto se pronuncia um juízo sobre o governo, há uma questão que não pode ser iludida: na actualidade, os centros de decisão política estão seriamente diminuídos na sua autonomia pela pressão dos centros de decisão económica. Em grande parte a economia desmaterializou-se e o sistema financeiro internacionalizado paira sobre a economia real, condicionando também poderosamente as instituições de representação democrática. Por isso os nossos ouvidos se cansam da interminável injunção de “acalmar os mercados”.

Mas eles são insaciáveis. Constituem hoje o que o grande jurista norte-americano Richard Falk designou como “globalização predadora”.

Todavia, se a luta com os mercados despersonalizados, anónimos e prepotentes é um

combate demasiado desigual, já não se entende a passividade governamental perante o *diktat* de organismos multilaterais de que Portugal é membro, como é o caso tanto das instituições comunitárias como do Fundo Monetário Internacional. Aqui não se compreende a estranha docilidade do governo perante os seus parceiros.

A uns e a outros deveria ser exigido um acto de pudor: não repitam, por favor, que em Portugal o “programa” está a correr bem. Só uma espécie de cegueira econométrica permite semelhante afirmação, quando incontáveis privações se abatem sobre o povo e todos os indicadores apontam para maus resultados. Basta a humilhação por as agências de *rating* classificarem o país de “lixo”. E quando, eventualmente, daqui a um tempo, a economia recuperar 0,5 % ao ano, não venham dizer que estamos a “crescer”, porque estaremos muito longe do ponto de partida anterior à catástrofe.

3. Acredita existirem alternativas viáveis e quais ao entendimento com a Troika?

No quadro estritamente nacional, as alternativas são muitíssimo estreitas. Um colega meu, economista, o Professor Manuel Farto, inventariou recentemente os possíveis caminhos distintos do que chama “realismo austeritário” do XVI Governo constitucional. Um “caminho de ficção” (convencer os parceiros a multiplicar por quatro ou cinco as transferências para a nossa economia), um “caminho de aventura” (expresso na fórmula “não pagamos”, levando à saída brusca do euro), um “caminho de restauração controlada” (uma saída do euro suave e acordada), um “caminho ilusório” (o do crescimento, incompatível com a austeridade), ou o “caminho da austeridade condicionada” (também ilusório, tentando compatibilizar austeridade e crescimento). Não existe, como vemos, solução satisfatória nem muito menos indolor.

Donde se deveria concluir pela impossibilidade de pensar apenas no interior do perímetro nacional e que temos de reflectir no quadro da moeda comum, portanto no âmbito europeu. Aí vem ao nosso encontro o impressionante pensamento de Ulrich Beck no seu recente livro *Europa Alemã: De Maquiavel a “Merkievel”*, que retoma o célebre dilema entre uma Alemanha europeia e uma Europa alemã. Com peculiar acuidade, Beck alerta para a deriva alemã e as suas repercussões no espaço europeu, denunciando o maquiavelismo da chanceler.

O que se passa à escala europeia faz lembrar o caso italiano e o contraste entre a prosperidade do Vale do Pó (com Milão à cabeça) e a pobreza do Mezzogiorno. Por alguma razão perversa a Liga Lombarda queria a independência da inexistente Padânia.

Os abastados do norte gostariam de se ver livres do sul. E a “União” Europeia parece infectada pelo mesmo vírus.

Ouvi defender ao ex-ministro Luís Amado a tese de que é a altura de uma refundação da Europa a partir de uma nova elite dirigente que propusesse aos povos europeus uma nova matriz que fosse submetida a referendos, garantindo a legitimação democrática. Essa nova matriz teria duas orientações: uma de pendor federativo, outra de pendor devolutivo. Quer dizer: por um lado, avançar com dispositivos de política orçamental, fiscal e de supervisão bancária próximos de um sistema federal; por outro, levar Bruxelas a devolver aos Estados-membros muitas competências que indevidamente absorveu e que melhor seriam geridas à escala nacional. Quem sabe?, ideias deste género poderiam refrescar o projecto europeu, dissipar a oposição entre o Norte e o Sul, dar ao Banco Central Europeu funções idênticas à da Reserva Federal dos Estados Unidos, recolocar o poderio alemão num registo de solidariedade europeia.

4. Como vê o Portugal pós-Troika?

Ainda gostaria de esperar que esta descida aos infernos fosse trampolim para salto em frente. O mais provável é o plano inclinado do empobrecimento colectivo de longa duração, mas nem isso nos deve fazer desistir de pensar o futuro.

Essa questão está envenenada por uma outra que é a da “reestruturação do Estado” ou a “reforma do Estado”, tema em si mesmo muito nobre mas que foi indecentemente aviltado pelo objectivo do “corte de quatro mil milhões de euros” nas responsabilidades do Estado social. Repensar o Estado será certamente fundamental, mas identificar esse objectivo com a operação aritmética de subtracção de recursos leva a viciar a discussão democrática.

Tanto mais quanto, antes de reformar o Estado, deveríamos acordar em que tipo de sociedade gostaríamos de viver. Deveria ser possível um consenso político em torno de meia dúzia de ideias simples mas poderosas, um mínimo de traços grossos em que a grande maioria pudéssemos coincidir para moldar o nosso futuro.

Não será possível nem talvez desejável desenhar o quadro completo da sociedade que ambicionamos. Mas poderíamos acordar em alguns tópicos da sua configuração, para servir de base, então sim, às grandes metas da reforma do Estado.

Exemplifiquemos. Primeiro: uma sociedade de segurança e liberdade. Perdoe-se a possível banalidade destas palavras, mas a verdade é que são pré-condições para a vida da comunidade, na qual cidadãos livres e participativos escolham os seus destinos em ambiente seguro. Tendo como horizonte o aprofundamento da democracia, onde se cumpre a vontade das maiorias no respeito pelos direitos das minorias, é indispensável garantir a segurança individual e colectiva, segurança quanto à integridade física, à protecção na doença, na velhice, no desemprego, na carência extrema. Talvez durante séculos, foram a família e a Igreja que asseguraram estas protecções, incluindo o ensino e a transmissão do saber. Historicamente, porém, tais funções foram absorvidas pelo Estado que se tornou, é certo, demasiado denso, talvez mesmo tentacular, mas que não pode agora sacudir essas responsabilidades deixando ao abandono os cidadãos que contribuem solidariamente com pesadas percentagens dos seus rendimentos.

Segundo: uma sociedade mais igualitária. Tem sido repetidamente denunciada a crescente desigualdade social no nosso país – isso não se limita a ser um factor de injustiça social, mas é um bloqueio para o bem estar económico dos portugueses e a prosperidade do país. Por alguma razão as sociedades mais evoluídas da Europa são as mais igualitárias. Contra o preconceito falacioso de que é necessário fazer primeiro crescer o bolo para depois melhor o repartir, é imperioso afirmar que mais justiça e mais equidade são pré-condições para o próprio crescimento económico. Políticas distributivas impõem-se não apenas por razões éticas, mas ainda por motivos técnicos. Veja-se o livro *Aftershock* de Robert Reich para com ele concluirmos que uma das causas da presente crise global é a concentração de crescente riqueza num número cada vez mais reduzido de mãos.

Terceiro: novos modelos de consumo. Tem sido repetidamente denunciado o estilo consumista das nossas sociedades, induzido por uma publicidade avassaladora, promovido pela banca ao prometer crédito fácil, alimentado pelas firmas que provocam a obsolescência dos produtos através da “usura incorporada” para que a rotação dos mercados obrigue a comprar sempre mais e mais. As novas catedrais do consumo tornam imperioso o supérfluo. Vivemos em sociedades de desperdício, produtoras de lixo em quantidades insuportáveis. Deveríamos aproveitar a situação presente para alterar os nossos padrões de consumo, contra a opressão da moda e da marca, a favor do cuidado e preservação das coisas materiais de que precisamos e da escolha criteriosa daquilo que compramos.

Quarto: uma economia sustentável. Eis um tema tão propalado e onde parece difícil introduzir as alterações indispensáveis nas práticas colectivas. Contra uma produção predadora, contra a exploração indiscriminada de recursos esgotáveis, contra o desrespeito pelos equilíbrios da natureza, precisamos de uma economia que cuide do mundo físico onde nos enraizamos, que seja atenta aos ecossistemas, que assegure a sustentabilidades do nosso habitat. E talvez isto seja incompatível com o mito do crescimento contínuo, um dos pressupostos – possivelmente ilusório – da economia de mercado.

Quinto: estilos de vida saudáveis. Este ponto prende-se de perto com as políticas de saúde, um dos domínios de maiores encargos para o Estado. Provavelmente o que precisamos é de mais medicina preventiva e menos curativa, mais saúde pública e menos sobrecarga na doença, melhor alimentação e menos medicamentos, mais diagnóstico personalizado e menos excesso de meios auxiliares de diagnóstico, mais desporto e menos sedentarismo. Políticas públicas, reconversão de práticas médicas e condutas dos indivíduos deveriam convergir para estilos de vida saudáveis, economizando recursos, evitando desperdícios e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Nenhuma destas coisas – sociedade de segurança e liberdade, sociedade mais igualitária, novos modelos de consumo, economia sustentável, estilos de vida saudáveis – constitui novidade, mas não são assumidas como matrizes da sociedade em que desejamos viver. E como estes, muitos outros exemplos se poderiam invocar, como seriam a dignidade do trabalho, a equidade na aplicação da justiça, a solidariedade entre gerações e assim por diante.

E tal invocação não é inútil para a questão anteriormente posta: a da reforma do Estado. Em vez da reflexão centrada na ideia de “cortes” na despesa, seria preferível definir objectivos de racionalização e de alterações de práticas em ordem a poupar gastos inúteis sem deixar de satisfazer necessidades básicas, de modo a que o Estado possa garantir segurança física (desde o policiamento até à segurança das infraestruturas materiais), protecção social (nas situações de carência e emergência), regulação do consumo e das políticas de saúde, regulamentação da sustentabilidade ambiental, etc. etc. Para isso, todavia, não basta uma operação legislativa e muito menos contabilística, é precisa uma inteligente acção política, feita de valores, de convicções, de rigor

técnico, de capacidade de persuadir e mobilizar a participação dos cidadãos. O resultado poderia ser um Estado menos gastador, mais austero, mais eficiente, mais solidário.

Abril 2013

Luís Moita